

# A Psicologia Comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990

Community Psychology In Rio  
De Janeiro In The 70S And 90S

La Psicología Comunitaria En Rio De  
Janeiro Entre 1960 Y 1990

**Renato Sampaio Lima**

Universidade Federal  
de Sergipe

Artigo



**Resumo:** Este artigo tem como principal objetivo apresentar as especificidades da Psicologia comunitária no Rio de Janeiro. Sustentamos a tese de que, diferentemente do que ocorreu em São Paulo e Minas Gerais, a Psicologia comunitária no Rio de Janeiro se assemelhou mais ao que denominamos trabalho comunitário. Além desse objetivo, buscamos expor as contribuições da área no Brasil para o movimento de crítica tanto da teoria quanto da prática em Psicologia social. Nossas discussões cobrem o período compreendido entre as décadas de 60 e 90. Optamos por começar pela década de 60 em função da *crise* no campo da Psicologia social, que ocorreu inicialmente na Europa e nos Estados Unidos, e que gerou um processo de reflexão crítica tanto da teoria quanto do método em Psicologia social. As referências utilizadas ao longo do artigo abrangem principalmente esses temas, a história da Psicologia social no Brasil e a Psicologia comunitária no Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Psicologia comunitária. História da Psicologia-Brasil. História da Psicologia social – Rio de Janeiro. Epistemologia.

**Abstract:** The main objective of this article is to present the specificities of community psychology in Rio de Janeiro. We sustain the thesis that unlike what happened in São Paulo and Minas Gerais, community psychology in Rio de Janeiro has grown more similar to what we name community work. In addition to this objective, we aim at showing the contribution of community psychology in Brazil to the critical movement both in terms of the theory and practice of social psychology. Our discussions cover the period between the 60s and the 90s. We have chosen to start by the 60s because of the “crisis” in the field of social psychology, which has taken place at first in Europe and in the United States, and has started a process of critical consideration both of theory and method in social psychology. The references used in this article include these subjects, social psychology in Brazil and community psychology in Rio de Janeiro.

**Keywords:** Community psychology. History of psychology-Brazil. Social psychology History- Rio de Janeiro. Epistemology.

**Resumen:** Este artículo tiene como principal objetivo presentar las especificidades de la Psicología comunitaria en Rio de Janeiro. Sustentamos la tesis de que, diferentemente de lo que ocurrió en São Paulo y Minas Gerais, la Psicología comunitaria en Rio de Janeiro se asemejó más a lo que denominamos trabajo comunitario. Además de ese objetivo, buscamos exponer las contribuciones del área en el Brasil para el movimiento de crítica tanto de la teoría como de la práctica en Psicología social. Nuestras discusiones cubren el período comprendido entre las décadas de 60 y 90. Optamos por comenzar por la década de los 60 en función de la *crisis* en el campo de la Psicología social, que ocurrió inicialmente en Europa y en los Estados Unidos, y que generó un proceso de reflexión crítica tanto de la teoría como del método en Psicología social. Las referencias utilizadas a lo largo del artículo abarcan principalmente esos temas, la historia de la Psicología social en el Brasil y la Psicología comunitaria en Rio de Janeiro.

**Palabras clave:** Psicología comunitaria. Historia de la Psicología - Brasil. Psicología social Historia- Rio de Janeiro. Epistemología.

Em meados da década de 60, ocorreu a denominada crise da Psicologia social, e os questionamentos teóricos e metodológicos estabeleceram a necessidade de repensar esse campo. Segundo Rodrigues (1979), a Psicologia social passou a ter como novo imperativo em suas pesquisas a busca da relevância social. Nesse período, a psicologia social cognitiva norte-americana se apresentava como hegemônica, e suas microteorias estabeleciam alguns princípios como: o individualismo, o experimentalismo, o etnocentrismo, o utilitarismo, o cognitivismo e o a-historicismo (Krüger, 1986). As críticas a essas características alimentaram a crise nesse

mesmo campo e permitiram o surgimento de novas teorias e metodologias, como é possível sustentar com a teoria das representações sociais e com a Psicologia comunitária. No Brasil, esta última foi importante para essas reflexões, porém, elas ocorreram de formas diferentes e com intensidades distintas nos principais centros de formação em Psicologia no País: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Nosso objetivo será apresentar as especificidades da Psicologia comunitária no Rio de Janeiro, além das suas contribuições para o movimento de crítica à psicologia social norte-americana.

## A Psicologia social comunitária: desdobramentos iniciais no Brasil

Segundo Vasconcellos (1985), a crise da Psicologia e dos serviços de saúde mental seria responsável pela Psicologia comunitária no Brasil. O psicólogo, como profissional liberal, enfrentou, na década de 80, dificuldades no mercado de trabalho em função do grande número de novos psicólogos formados, a partir da proliferação das faculdades privadas. Ainda em relação à crise vivida pela Psicologia, Vasconcellos aponta o esgotamento do modelo de atuação adotado por esse profissional. Logo após a formatura, muitos psicólogos montavam seus consultórios e, paralelamente, buscavam uma formação adicional em psicanálise, algo que se mostrava extremamente dispendioso. Ao mesmo tempo, esperavam atender uma parcela da população, certamente privilegiada, que lhes restituísse tanto o empenho como os gastos. Porém, em um país preso ao capitalismo monopolista que submetia grandes massas ao trabalho assalariado, inclusive a classe média, a falta de recursos levou à crise desse modelo de atuação profissional.

Vasconcellos, na busca de uma explicação para a crise da atuação do psicólogo, não se restringiu às razões econômicas, e abordou questões específicas da formação em Psicologia no nosso país. Em primeiro lugar, o fato de essa profissão ser predominantemente feminina, em uma sociedade tradicionalmente machista, levou a um menor valor atribuído a esses profissionais. Em segundo, a atuação, por parte da maioria dos psicólogos na clínica, levou a um isolamento que dificultou a sua mobilização como categoria profissional. Relacionada a essas causas específicas, teríamos ainda a ausência de modelos alternativos na prática psicológica que pudessem atender os serviços

de saúde prestados à população em geral. No entanto, segundo Vasconcellos, a busca de uma saída para essa mesma crise somada a novas exigências sociais permitiram formas alternativas de se abordar a saúde mental.

Desde a década de 60, vimos assistindo, em vários países, a proposição de modelos alternativos de serviços em saúde mental, freqüentemente acompanhados de projetos de atuação comunitária, onde os psicólogos também têm sido chamados a atuar. Nesse momento é que vão surgir as primeiras experiências em Psicologia comunitária, como uma das saídas alternativas para a Psicologia e sua crise (Vasconcellos, 1985, p. 23)

Vasconcellos expõe várias razões para o surgimento da Psicologia comunitária. Internacionalmente, faz menção às experiências de Moreno, Reich, dos alcoólicos anônimos, à reforma psiquiátrica e à Medicina comunitária, no entanto, gostaríamos de destacar o “movimento de questionamento crítico dentro da Psicologia como um todo e da Psicologia social em particular” (1985, p. 33). Na América Latina, o questionamento das bases teóricas vindas da Europa e dos Estados Unidos teve como um dos objetivos a adequação dessa psicologia social à realidade social desses países.

A importante contribuição do livro de Vasconcellos *O que É Psicologia Comunitária?*, publicado em 1985, está no fato de ter trazido uma reflexão sobre a implantação da Psicologia comunitária em nosso país. Ele afirma que o primeiro aspecto importante foi a existência de cursos de Psicologia nos quais a disciplina Psicologia Comunitária era apresentada de forma teórica, sem referência prática. Um segundo ponto importante para explicar o desenvolvimento dessa área no Brasil seriam os movimentos populares: associações de bairro, comunidades eclesiais de base, educação popular. “Normalmente, são experiências autônomas que são também acompanhadas por estudantes ou mesmo

Segundo Vasconcellos (1985), a crise da Psicologia e dos serviços de saúde mental seria responsável pela Psicologia comunitária no Brasil.

profissionais de Psicologia, através de compromisso político pessoal, sem ligação real ou formal com a Psicologia acadêmica” (Vasconcellos, 1985, p. 35). Um terceiro aspecto seria a implantação de programas sociais vinculados à Psicologia comunitária. Devemos considerar, contudo, que esses três aspectos, em muitas experiências em Psicologia comunitária, não estiveram integrados. No Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo e Minas Gerais, houve uma presença muito maior do primeiro aspecto. A Psicologia no Brasil, a partir da sua regulamentação legal, em 1962, passou a ter como campos de intervenção a Psicologia clínica, a Psicologia do trabalho e a Psicologia escolar. Ainda assim, nessa mesma década, percebemos o desenvolvimento de outra área para a prática do psicólogo: a Psicologia comunitária.

Segundo Freitas (2005), os primeiros sinais da Psicologia comunitária no Brasil podem ser reportados a um grupo de psicólogos ligados à PUC-SP, ainda na década de 60. A Psicologia era considerada, por aqueles que já refletiam sobre a formação do psicólogo no Brasil, uma ciência elitista, pois voltava-se predominantemente para o atendimento das classes privilegiadas. Os trabalhos em comunidade, nas décadas de 60 e 70, podem ser considerados um reflexo da aproximação da Psicologia no Brasil às temáticas sociais. Porém, tais projetos de intervenção estiveram longe de se tornar, ainda na década de 70 e nas décadas de 80 e 90, práticas hegemônicas na formação do psicólogo no Brasil.

Como afirma Andery (2004), a expressão Psicologia comunitária surgiu inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Não se referia a uma nova psicologia, mas a uma reação aos contornos tradicionais de um saber psicológico, predominante até meados da década de 50. Segundo esse mesmo autor, a psicologia “isolava-se demais dos problemas coletivos do homem contemporâneo,

encerrando-se numa torre de cristal da discussão acadêmica e do atendimento a poucas pessoas da elite econômica” (p. 204). A Psicologia comunitária, principalmente na América Latina e no Brasil, seria a expressão da preocupação com uma nova temática no campo da Psicologia social: o social. Social, aqui, entendido não como um lugar no qual os comportamentos ocorrem e do qual os estímulos partem, mas como um espaço onde os aspectos culturais, econômicos e históricos passam a ser importantes para se entender o homem e sua relação com a sociedade.

Certamente a prática da Psicologia comunitária incomodou aqueles que partiam da necessidade da neutralidade para a constituição do saber psicológico. Em contraposição a esse fundamento, o psicólogo comunitário negou o neutralismo e considerou a ciência resultado de uma construção social e histórica.

Nos anos 80 e 90, quando a Psicologia comunitária se formaliza como prática em Psicologia, o uso do termo comunidade passou a fazer parte do jargão daqueles que trabalhavam em projetos sociais. Segundo Soares,

Especificamente na cidade do Rio de Janeiro, as palavras “favela” e “comunidade” se tornaram quase sinônimos, constatação que pode ser feita através da leitura de entrevistas em jornais (tanto de moradores quanto de autoridades se referindo a favelas), programas de televisão ou em simples diálogos travados com moradores dessas localidades (2001, p. 14)

Na história do termo comunidade, encontramos uma variedade de sentidos e usos entre profissionais das áreas de Psicologia, Antropologia, Sociologia, serviço social, etc. Nossa preocupação será precisar o conceito de comunidade na Psicologia, embora mesmo nessa área encontremos significados e práticas distintas.

Silva e Simon apontam e criticam o uso consensual do conceito de comunidade, e chamam a atenção para a necessidade da diferenciação no uso desse conceito, pois é a partir dessa análise que podemos chegar aos trabalhos “comprometidos ou não com ações sociais emancipatórias” (2005, p. 41).

Segundo Sawaia, o termo comunidade foi introduzido inicialmente no campo da clínica com o objetivo de humanizar o tratamento do doente mental, “através das políticas desenvolvimentistas propagadas por organismos internacionais como OEA, CEPAL, BID, ONU e Aliança para o Progresso” (2005, p. 44) nos países da América Latina. Essas intervenções tinham como meta a promoção da educação e da prevenção, e apresentavam como característica a tutela dos cidadãos por parte do Estado. O uso do termo comunidade, nesse contexto, visava à adequação de uma parcela da população aos projetos de modernização econômica e cultural.

Nos primeiros momentos, a Psicologia comunitária permaneceu voltada para a integração social, porém, seu desdobramento na América Latina, a partir de uma revisão crítica, conduziu a um referencial principalmente marxista, consolidando-se como um conhecimento e uma prática não elitista que visava à transformação da realidade social, política e econômica de uma população alijada dos processos democráticos. Os trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire foram fundamentais no desenvolvimento do conceito e do sentido que esse termo terá na Psicologia social no Brasil. Para Sawaia, a comunidade faz parte de uma reflexão crítica do papel social das ciências e do paradigma da neutralidade científica, incontestado nas décadas de 60, 70 e 80 e que, no campo da Psicologia social, permitiu, principalmente na América Latina, outra forma de interação com a área social. Conforme Sawaia,

O psicólogo que na fase anterior se confundia com o educador social, com o assistente social e com o clínico fora do consultório, agora se tornou “militante”, com o objetivo de promover a passagem da consciência de classe em si à consciência de classe para si, favorecendo “a tomada de consciência” (expressão fundamental da Psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação (2005, p. 46)

O conceito de comunidade, durante os anos 70 e 80, passou a ser usado no contexto de um novo campo de atuação do psicólogo: fora da clínica e das instituições, e não mais reduzido a um trabalho individualista. Dessa maneira, comunidade passou a ter como sinônimo os grupos pobres, os excluídos da sociedade que, com o trabalho de conscientização, poderiam dela fazer parte. Caberia ao psicólogo a conscientização das massas.

Podemos encontrar ainda outro sentido para essa Psicologia comunitária. Seria o daqueles que concebem o trabalho em comunidade como uma prática de caridade e benevolência. Para Andery, nessa concepção, “a Psicologia seria aplicada, nos bairros e instâncias populares, com maior intensidade e frequência do que, até hoje, os psicólogos o fazem, mas, numa prática assumida, explicitamente, como remediativa e superficial” (2004, p. 208). A partir dessa concepção, seria possível atribuímos ao psicólogo a função de repressão e controle social.

Essas diferenças na concepção de *comunidade* ocorreram no aprofundamento da crise da psicologia social norte-americana ao longo das décadas de 60, 70 e 80. Na América Latina, o sentido de comunidade que predominou a partir da década de 80, conforme exposto por Lane, levou a Psicologia comunitária a “estimular a reflexão, o confronto, a conscientização e, fundamentalmente, a

Segundo Sawaia, o termo comunidade foi introduzido inicialmente no campo da clínica com o objetivo de humanizar o tratamento do doente mental,...

decisão e a ação conjuntas” (1992, p.52). Não há como deixarmos de considerar que a Psicologia comunitária na América Latina expressou, em função do seu contexto econômico, político e social, uma preocupação com a busca de uma psicologia voltada para a realidade de um continente pobre. A pesquisa psicológica deveria, além de voltar-se para as demandas sociais, levar o psicólogo a refletir sobre a sua responsabilidade com a transformação social e política, ou melhor, afastá-lo completamente da pesquisa neutra baseada no modelo empírico analítico. Sabemos que tal crítica se somou a outras para deflagrar, em meados da década de 60 e início da década de 70, a *crise* da Psicologia social. Porém, o que nos interessa neste momento é avaliar as dificuldades que tal problematização trouxe para a Psicologia. Segundo Arendt, a politização da prática do psicólogo comunitário trouxe outra dificuldade para o campo da Psicologia:

No meu entender, ocorre aqui uma confusão entre a afirmação absolutamente legítima de que todo cientista social faz juízos de valor em sua prática profissional e conseqüentemente, não sendo neutro, deve posicionar-se frente às questões políticas e à militância política. Não pretendo dizer que o cientista não seja politizado, mas ele não deve permitir que essa politização, que ele tem enquanto cidadão, desorienta sua atividade enquanto pesquisador de uma disciplina científica (1997, p. 3)

É evidente que a posição de Arendt propicia opiniões discordantes. Contudo, o autor aborda uma questão importante, qual seja, a confusão das fronteiras da Psicologia com as da Antropologia, História, Sociologia, educação. O autor não nega os ganhos da análise psicológica com a reflexão histórica, social e política, nem prega um retorno à neutralidade, mas chama a atenção para a perda do objeto da Psicologia comunitária ao deixar de lado “o olhar do psicólogo que diferencia sua prática dos seus pares das ciências sociais.” (1997, p. 3). Arendt chama a

atenção para o duplo reducionismo cometido pela Psicologia comunitária. Primeiramente, uma redução do psicológico ao histórico, antropológico, político, educacional. No nível seguinte, se a Psicologia tem como objetos os processos cognitivos, de aprendizagem e as relações interpessoais e grupais, entre outros processos do comportamento humano, deveriam, independentemente das diferenças de objeto, formular problemas psicológicos. Para Arendt, o fato de se nomear o campo da Psicologia social, ou, mais especificamente, o da Psicologia comunitária como uma subárea da Psicologia, no qual teríamos espaço para o aspecto político e a preocupação com o aspecto social, traria um problema, ou seja, as outras áreas da Psicologia não precisariam apresentar, no desenvolvimento de suas pesquisas, nenhuma relação com essas mesmas temáticas.

A necessidade de definir o sentido de comunidade deve-se não apenas à nossa preocupação em discutir essa prática da Psicologia social no Brasil e a sua contraposição à psicologia social norte-americana, mas, especificamente, em saber como os psicólogos sociais no Rio de Janeiro se aproximaram de um campo que, na América Latina e, mais precisamente no Brasil, foi uma das marcas daqueles que estiveram engajados em um processo de transformação social e política. Em um primeiro momento, podemos pensar que, na Psicologia, os trabalhos em comunidades permitiram abarcar práticas profissionais realizadas fora dos tradicionais consultórios e instituições. No Brasil, como afirmamos anteriormente, os indícios de uma Psicologia comunitária já ocorriam na década de 60, porém sua formalização teórico-metodológica foi posterior.

A Psicologia comunitária no Brasil e na América Latina não pode ser considerada fora do contexto social, político e econômico no qual ela surgiu. Para Lane, o golpe militar, em 1964, é um fato importante para o

aparecimento da Psicologia comunitária no Brasil: “Nesse contexto, os professores dos cursos de formação profissional do psicólogo questionam a sua prática, ao mesmo tempo em que a crise da Psicologia como ciência está patente” (Lane, 2005, p. 18).

A reflexão sobre os caminhos que a Psicologia deveria tomar em nosso país foi uma preocupação que acompanhou a professora Silvia Lane ao longo do seu percurso no campo da Psicologia social. Na sua viagem junto à professora Maria do Carmo Guedes pela América Latina, no ano 1982, Silvia Lane buscou evidenciar, a partir do relato de tal experiência, qual era o papel da Psicologia para ela:

Entender o movimento de consciência dos indivíduos desenvolvendo-se em relação às atividades que eles cultivam com outros indivíduos, conhecer os processos grupais que produzem as identidades pessoais e, ao mesmo tempo, constroem um sentido de “nós” através da incorporação e da compreensão de determinantes histórico-sociais é a tarefa que compete à Psicologia, tornando a sua práxis um movimento de conscientização social e produtor de atividades transformadoras da sociedade (Lane, 1980)

Essa preocupação com a ação transformadora encontra-se presente na Psicologia comunitária. Segundo Lane, em grande parte dos trabalhos em Psicologia comunitária desenvolvidos na América Latina, há uma ênfase na busca da conscientização e da autonomia das comunidades. As experiências observadas por Guedes e Lane ocorreram principalmente a partir de trabalhos desenvolvidos por universidades. No Peru, no México, na Venezuela, no Equador, em Cuba e na Nicarágua, os vários trabalhos realizados por psicólogos e estudantes de Psicologia visaram à mobilização e à organização da população, além da conscientização dos seus principais problemas. Em Cuba, o trabalho se diferenciava dos demais em função de

o psicólogo, desde a sua formação, estar essencialmente voltado para a comunidade.

Na Venezuela, primeiro país a ser visitado, a Universidade Simon Rodriguez desenvolvia um curso de formação de educadores a partir de projetos de intervenção em comunidades. A metodologia usada era principalmente a pesquisa participante. Uma importante intervenção, que Guedes e Lane acompanharam, ocorreu no trabalho realizado na Maternidade Concepción, onde psicólogas discutiam com gestantes problemas relacionados ao seu cotidiano.

Na Colômbia, já havia, por parte de Lane e Guedes, o conhecimento da importância de Fals Borda. O trabalho desse psicólogo colombiano inspirou várias intervenções em comunidades pela América Latina. Segundo Guedes (2007), todos os projetos visitados tinham Paulo Freire como uma das principais referências.

No México, Guedes e Lane também conheceram projetos vinculados à universidade. Em uma dessas intervenções, professores desenvolviam junto aos alunos um trabalho de prevenção que atendia a população local e visava ao desenvolvimento de sua consciência e organização.

No Peru, professores e alunos atuavam junto à população favelada de Lima, e, como nos trabalhos anteriores observados em outros países, buscava-se sua conscientização e organização.

As professoras Lane e Guedes ainda conheceram, em sua viagem pela América Latina, o Equador, Cuba e Nicarágua, sendo este último o único país visitado na América Central. A respeito da importância dessa experiência, Guedes afirma:

Para se ter idéia do tanto que aprendemos, cabe dizer que decidimos fazer relatórios

separados para o CNPq. Foi um momento importante para avaliarmos a experiência e organizarmos o material trazido. Mas a principal preocupação nesse momento era pensar a programação de nossas disciplinas, as atividades do Laboratório de Psicologia Social, nosso trabalho como orientadoras – de modo a melhor repartir com os estudantes o que pudemos aprender com a viagem (2007, p. 44)

Na década de 70, no Brasil, havia em termos de ensino um predomínio da psicologia social norte-americana, de base experimental e positivista. Essa psicologia cognitivista desconsiderava o comportamento humano no seu aspecto social e histórico. A Psicologia social deveria, segundo Aroldo Rodrigues, estudar “as manifestações comportamentais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas, ou pela mera expectativa de tal interação” (1973, p. 3). Apesar desse predomínio, já se faziam presentes, no Brasil, resistências a esse modo de pensar e de fazer Psicologia social.

Em Minas, havia um movimento na direção de uma nova Psicologia social. Segundo Garcia, na década de 60, “já estava em condições de funcionamento” o *Setor de Psicologia social* (2004, p.10). O Setor, como é chamado, teve um papel de grande relevância para a definição dos caminhos da Psicologia social em Minas Gerais e no Brasil. O setor de Psicologia social da FAFICH/UFMG reuniu, ao longo das décadas de 70 e 80, professores e estudantes de Psicologia, que, sob a direção de Célio Garcia, imprimiu uma leitura problematizante do campo da Psicologia social. O Setor propiciou a uma geração uma formação crítica em Psicologia, com a busca de novos modelos de atuação, de novos modos de se fazer pesquisa em Psicologia e a preocupação em produzir conhecimentos voltados para a realidade brasileira. Segundo Garcia, “se houvesse uma contribuição importante a ser dada pela psicologia social brasileira, não seria tanto no

nível teórico, mas sim, no nível da relevância social e política” (2004, p.12).

A influência do Setor no Curso de Psicologia da UFMG explica, em parte, a forte presença da disciplina Psicologia Social. A partir da reforma curricular realizada em 1974, verifica-se a criação da disciplina Psicologia Comunitária e Ecologia Humana (Bomfim, 2003).

## A Psicologia Social no Rio de Janeiro

Nos fins dos anos 80, havia a impressão de que a Psicologia comunitária era legitimamente uma psicologia brasileira. Segundo Souza (1985), a Psicologia Social *morena* se difundiu em interesses e projetos de intervenção. Havia uma quantidade expressiva de psicólogos trabalhando em comunidades.

Em nosso levantamento, percebemos que as referências à Psicologia Social comunitária no Rio de Janeiro são exíguas. Conforme já havia assinalado Soares, além dos poucos títulos, há uma dificuldade ainda maior em encontrar relatos de experiências de psicólogos sociais no Rio de Janeiro sobre a prática em comunidade.

Durante o *I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, realizado em 1992, em Belo Horizonte, Lane apresentou a história da Psicologia comunitária e citou os trabalhos desenvolvidos por Bomfim em Minas, por Sawaia, em São Paulo, e por César Wagner, em Fortaleza. Não houve nenhuma menção a trabalhos realizados no Rio de Janeiro. Com isso, não queremos afirmar que não houvesse psicólogos que tivessem realizado intervenções em comunidades no Rio de Janeiro, mas talvez possamos dizer que a Psicologia comunitária entre os cariocas não provocou a mesma mobilização e interesse

como ocorreu, principalmente, em São Paulo e Minas Gerais. Outro argumento que podemos levantar é o fato de os psicólogos no Rio de Janeiro apresentarem outros referenciais teóricos, além daqueles tradicionalmente sustentados pela Psicologia comunitária.

Entre alguns trabalhos do Rio de Janeiro apresentados nesse congresso, podemos citar: Jacyara C. R. Nasciutti, com *O Hífen da Pesquisa-Ação: Traço de União entre Saber e Fazer*, Regina Benevides de Barros, com *O Movimento do Institucionalismo e as Práticas Comunitárias*, Carlos Alberto Barreto, com *Do Outro Lado da Ponte*, Benilton Bezerra Júnior, com *Psicanálise e Práticas Comunitárias*, Teresa Cristina Carreteiro e outros, com o trabalho *Comunidade, História e Memória*, Teresa Cristina Carreteiro, com *O Mal-estar nas Classes Trabalhadoras e Sub-Proletárias*, Maurício Lobo Abreu, com *A Atuação do IEF/RJ*, e Tânia Furtado, com *O IPUB*. Comparada ao número de trabalhos apresentados por mineiros e paulistas, a produção no campo da Psicologia comunitária no Rio de Janeiro foi, de fato, pouco expressiva. E foi justamente no ano de acontecimento do congresso, em 1992, que surgiu um programa de pós-graduação, no Rio de Janeiro, que viria contribuir efetivamente para o campo da psicologia das comunidades.

O Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) representou um avanço nos estudos em comunidade no Rio de Janeiro. Inicialmente, apenas com o curso de mestrado, esse programa apresentou uma proposta pioneira e inovadora, em termos teóricos e metodológicos, no campo psicossocial.

Na década de 90, o interesse por questões sociais já estava disseminado nos programas de Psicologia, em geral, e no de Psicologia social, em particular. Uma das inovações do

EICOS foi a integração da pesquisa à extensão, o que deixava clara a ênfase na relação da pesquisa acadêmica com os saberes locais e com a inclusão social. Uma novidade foi o tom extremamente interdisciplinar desse programa, além da busca da indissociabilidade entre a reflexão conceitual e a prática de intervenção.

O EICOS é um programa que tem claramente o trabalho comunitário como um de seus eixos. Segundo Nascimento, a partir da década de 90, “a Psicologia comunitária foi se aproximando de outros temas – como, por exemplo, educação ambiental – e sendo afetada por outros saberes – como os da psicossociologia.” (2001, p. 47). Nem os espaços de atuação tradicionais, nem os suportes teóricos eram mais os mesmos, porém, ainda permaneceria um objetivo da Psicologia comunitária, a busca da transformação social.

Nascimento afirma que a prática dos psicólogos junto às comunidades ocorre a partir do fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, no final da década de 70. Ainda segundo esse autor, essa nova área de atuação permitiu uma ampliação do campo da Psicologia. Como Vasconcellos, ela afirma que a Psicologia comunitária permitiu uma superação do modelo tradicional do espaço fechado e propiciou diferentes maneiras de atuação ao psicólogo. A esse respeito, temos, de acordo com Soares (2001), no ano 1972, o surgimento da disciplina Psicologia Comunitária na PUC/RJ. Porém, o título e o programa dessa disciplina não representavam essa área da Psicologia que começava a se associar à ideia de transformação da realidade social. Para o professor proponente da disciplina na PUC/RJ, o seu objetivo foi permitir que os estagiários de Psicologia tivessem outras possibilidades de atuação fora da clínica.

Outra afirmação importante de Nascimento, com a qual concordamos, é que, no Rio de Janeiro, seria mais apropriado falar de trabalho comunitário do que de Psicologia comunitária. Tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais podemos reconhecer caminhos próprios no campo da Psicologia comunitária, com suas especificidades, relacionados aos acontecimentos políticos e sociais desses Estados.

Os psicólogos no Rio de Janeiro não se preocupavam em dar nome para as intervenções que faziam nas favelas cariocas, e muitos duvidavam de estar realizando uma intervenção em Psicologia. Durante a elaboração de sua dissertação, defendida na PUC/RJ em 1985, Souza entrevistou 19 psicólogos que já haviam trabalhado ou trabalhavam em nove favelas do Rio de Janeiro.

‘Olha, não é bem um trabalho de Psicologia’. Com essa afirmação, quase todos os entrevistados respondiam à minha primeira abordagem. Acontece que não se tem notícia de trabalhos de Psicologia *strictu sensu* em favelas da cidade. Não há nenhum trabalho de atendimento psicoterápico a populações faveladas – dentro de favelas – minimamente estruturado que possa ser objeto de testes, hipóteses, verificações (Souza, 1985, p. 3)

Segundo Souza, as intervenções dos psicólogos em favelas eram muito diversificadas, “ligadas às creches, postos de saúde, associações de moradores, cooperativas, à igreja ou simplesmente a famílias isoladas dentro de uma favela, em iniciativas muitas vezes individuais” (1985, p. 5).

Seria essa subida aos morros cariocas uma evidência da preocupação dos psicólogos com a área social? Para Souza, teríamos, por um lado, a busca de um novo mercado pelos psicólogos cariocas, e, por outro, uma preocupação com as classes pobres

que estava presente na própria sociedade brasileira, portanto, não se restringia ao campo da Psicologia. É interessante notar que Souza, ao longo de sua dissertação, não faz uso da expressão Psicologia social. Perguntamo-nos: por que? Acreditamos que isso tenha ocorrido em função do seguinte fato: os psicólogos que iam para as favelas faziam parte de um movimento mais amplo de saída dos psicólogos dos consultórios para lugares sociais, não havia uma identificação do trabalho comunitário com o campo da Psicologia social.

Outra dissertação, esta de 1982, defendida na PUC/RJ, por Freitas, traz como tema de discussão a psicologia comunitária. Em sua justificativa, o autor afirma que a elaboração do projeto teve relação direta com o trabalho que desenvolveu em uma favela carioca em 1979, além de seu interesse maior de compromisso com o povo. O enunciado compromisso social teve repercussão junto a alguns psicólogos do final da década de 70 e do início da década de 80:

O que justifica, portanto, minha reflexão teórica é que atualmente cresce o interesse pelo ‘compromisso’ com o povo, através de ‘trabalhos comunitários’, inclusive na área de saúde. Palavras como ‘Medicina comunitária’, ‘campanhas populares de saúde’, ‘pastoral da saúde’ estão cada vez mais presentes. A Igreja Católica elegeu como tema central da sua Campanha da Fraternidade para 1981 a problemática da saúde popular. E, no nosso meio, entre profissionais da área ‘psi’, também já se fala de ‘psicanálise popular’, ‘Psicologia comunitária’, etc (Freitas, 1982, p. 2)

O que há de comum nos trabalhos de Souza e Freitas é o fato de ambos usarem os termos Psicologia comunitária com muitas ressalvas. “Acredito que o problema da Psicologia comunitária (se é que se possa dar esse nome!)...” (Freitas, 1982, p. 3).

No Rio de Janeiro, os psicólogos que trabalhavam em comunidades apresentavam

outros referenciais, diferentes dos de Minas Gerais e São Paulo. Estavam presentes os institucionalistas, os psicanalistas e os teóricos de outras áreas da Psicologia que contribuíram para a dissolução dos especialismos em torno da Psicologia comunitária.

Segundo Soares:

A área da educação (...) foi um dos caminhos mais marcantes de busca de inserção dentro das comunidades. Afinal, fora do referencial clínico, essa parecia ser a área da Psicologia mais visível dentro da Academia, além de parecer a mais apropriada para se começar a trabalhar junto a uma população que usualmente não 'consumia' os produtos e discursos 'psi' (2001, p. 81)

No livro *A Análise Institucional no Brasil*, de 1987, o trabalho apresentado com o título *História de Andanças de Técnicos em Favela: da Alegria ao Sossego e Vice-Versa*, as autoras Kátia Aguiar e Vera Vital Brasil apresentam uma experiência vivida no Projeto de Escolas Comunitárias em uma favela do Rio de Janeiro. O trabalho, que foi realizado no início dos anos 80, foi marcado, além do referencial institucionalista, pelas contribuições de vários autores em educação popular, entre eles Paulo Freire.

Em outro capítulo do mesmo livro, com o título *Do Trabalho Comunitário em Nova Holanda: Nossos Lugares e Nossas Vozes*, as psicólogas Angela M. D. Fernandes e Rosângela F. dos Anjos apresentam um relato de suas experiências na favela Nova Holanda, situada no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. O trabalho desenvolvido no início dos anos 80 trouxe a relação entre os programas governamentais, fossem eles municipais, estaduais ou federais, e um novo campo de trabalho que se abria para os psicólogos da cidade.

Talvez possamos afirmar que os psicólogos no Rio de Janeiro tenham se aproximado dos trabalhos em comunidade pela busca de uma alternativa à clínica. Porém, é possível também sustentarmos que alguns deles voltavam suas preocupações para o âmbito social. É importante considerar ainda que, nesse mesmo período em que muitos psicólogos atuavam em favelas locais, havia a preocupação dos governos com a incorporação dessas áreas à cidade, através de intervenções no campo da saúde, da educação e do urbanismo.

**Renato Sampaio Lima**

Doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto II da Universidade Federal de Sergipe, Sergipe – SE – Brasil.  
E-mail: renatosamp@uol.com.br

**Endereço para envio de correspondência:**

Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Psicologia  
Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, São Cristóvão – SE – Brasil. CEP: 49100-000

## Referências

- Abreu, M. L. A atuação do IEF/RJ. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 39-42). Belo Horizonte.
- Anderj, A. (2004). Psicologia na comunidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Org.), *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Aguiar, K., & Brasil, V. V. (1987). História de andanças de técnicos em favela: da "alegria" ao "sossego" e vice-versa. In V. R. Kamkhagi & O. Saidon, *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, Funabem*. (pp. 45-57). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo,
- Arendt, R. (1997). Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 7-16.
- Bomfim, E. de M. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Barreto, C. A (1992). Do outro lado da ponte. In *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 49-53). Belo Horizonte.
- Barros, R. B. de (1992). O movimento do institucionalismo e as práticas comunitárias. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 45-48). Belo Horizonte.
- Bezerra Junior, B. Psicanálise e práticas comunitárias. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 49-53). Belo Horizonte.
- Carreiro, T. C. et al. O mal-estar nas classes trabalhadoras e sub-proletárias. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 54-57). Belo Horizonte.
- Carreiro, T. C. et al. Comunidade, História e Memória. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 58-60). Belo Horizonte.
- Fernandes, A. M. D., Anjos, R. F. dos. (1987). Do Trabalho Comunitário em Nova Holanda: Nossos Lugares e Nossas Vozes. In V. R. Kamkhagi & O. Saidon. *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, Funabem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Freitas, F. F. P. de. (1982). *Psicologia comunitária: uma abordagem sobre o saber e o poder*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Freitas, M. de F. Q. de. (2005). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 e 90, no Brasil. In R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Furtado, T. O IPUB. In *1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 62-65). Belo Horizonte.
- Garcia, C. (2004). Psicologia social em Minas: memórias e histórias. In E. de M. Bomfim et al. (Orgs.), *Psicologia social: memórias, saúde e trabalho*. São João del-Rei: UFSJ: Programa de Pós-Graduação da UFMG: ABRAPSO Regional Minas.
- Guedes, M. do C. (2007). A viagem histórica pela América Latina. *Psicologia & Sociedade*, 19(Esp. 2), p. 39-45.
- Krüger, H. (1986). *Introdução à psicologia social*. São Paulo: EPU.
- Lane, S. T. M. (1980). Compromisso social e a prática profissional. In *Anais do 1º Encontro Nacional de Psicologia Social*. São Paulo: Abrapso
- Lane, S. T. M. (1992). Psicologia da comunidade – história, paradigma e teoria. In *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 67-70). Belo Horizonte.
- Lane, S. T. M. (2005). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. de F. Campos, *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nascimento, L. M. (2001). História do trabalho comunitário em psicologia. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. de C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Nasciutti, J. C. R. O hífen da pesquisa-ação: traço de união entre saber e fazer. In *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social: Autogestão, Participação e Cidadania*, (Tomo 2, pp. 77-79). Belo Horizonte.
- Rodrigues, A. (1973). *Psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, A. (1979). *Estudos em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2005). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva, R. C. da, & Simon, C. P. (2005). Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. *Psico*, 36(1), 39-46.
- Souza, S. R. de. (1985). *A psicologia sobe o morro*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Soares, A. B. (2001). *Psicologia, comunidade e intervenções: olhares em (des)construção*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Vasconcellos, E. M. (1985). *O que é psicologia comunitária*. São Paulo: Brasiliense.